



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

139
M

1ª Câmara de Direito Público

Agravo no Apelo nº. 0329578-1 (0003544-16.2013.8.17.0220)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Ministério Público do Estado de Pernambuco (representando L. H. C. A.)

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. TERMINATIVA. RECURSO DE AGRAVO. FORNECIMENTO DE ALIMENTO ESSENCIAL. DIREITO HUMANO À SAÚDE. LEITE NANSOY. MENOR QUE TEM ALERGIA AO LEITE E É PORTADOR DE ANEMIA ASSOCIADA À PERDA DE PESO E DE ESTATURA (CID: 10:K52.2). VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA, RESERVA DO POSSÍVEL E DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO DE EXCLUSÃO OU REDUÇÃO DO VALOR DA MULTA DIÁRIA, FIXADA EM R\$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS). IMPOSSIBILIDADE. VALOR ADEQUADO. ENTENDIMENTO PACIFICADO. RECURSO DE AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. O agravante insurge-se contra decisão terminativa que negou provimento ao Reexame Necessário, declarando prejudicado o Apelo, mantendo a decisão de primeiro grau que obrigou o Estado de Pernambuco a custear fornecimento do alimento LEITE NANSOY, 20 latas por mês, para o recorrido, menor impúbere, o qual é alérgico ao leite, além de ser portador de anemia associada à perda de peso e de estatura (CID: 10:K52.2), sob pena de multa diária no valor de R\$500,00 (quinhentos reais). Em suas razões, o recorrente afirma que o julgado não se enquadra nas hipóteses do art. 557 do CPC, aduzindo que este Tribunal não tem súmula ou jurisprudência pacificada sobre o presente caso.

2. A fundamentação do Estado foge da premissa contida na jurisprudência pacífica deste Egrégio Tribunal e com o disposto nos arts. 196, 197 e 198 da Constituição Federal e do preceituado nos arts. 2º, §1º e 6º, I, D, da Lei 8.080/90. A Administração Pública tem que assegurar as mínimas condições de dignidade aos seus cidadãos.

3. Não há violação ao princípio da isonomia/igualdade, da reserva do possível e da separação dos poderes, visto que, o que se pretende com a presente decisão, é o cumprimento pelo Estado, do seu dever de proteger e recuperar a saúde da população. Quando há um conflito entre exigências constitucionais formais e o direito à saúde, de regra, deve prevalecer este último.

4. Atente-se, sobretudo, que o Sistema de Saúde pressupõe uma assistência integral, no plano singular ou coletivo, na conformidade das necessidades de cada paciente, independente da espécie e nível de enfermidade, razão pela qual, comprovada a



140
M

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

necessidade do alimento para a garantia da vida do paciente, entendendo-se vida em seu mais amplo conceito, deverá ele ser fornecido.

5. Incabível a exclusão da multa diária, visto que as astreintes tem o escopo de fazer cumprir a ordem judicial, além de evitar a mora injustificada do executado. O valor de R\$ 500,00 está de acordo com os parâmetros utilizados em casos análogos, não havendo motivo para a sua redução.

6. Recurso de Agravo **DESPROVIDO** por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo nº **0329578-1 (0003544-16.2013.8.17.0220)**, ACORDAM os Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso de Agravo, nos termos do relatório, voto, notas taquigráficas e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 27 de 05 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Agravo no Apelo nº. 0329578-1 (0003544-16.2013.8.17.0220)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Ministério Público do Estado de Pernambuco (representando L. H. C. A.)

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto com fundamento no art. 557, §1º do CPC, em face da decisão terminativa que negou provimento ao Reexame Necessário, declarando prejudicado o Apelo, mantendo a decisão que obrigou o Estado de Pernambuco fornecer o alimento LEITE NANSOY, 20 latas por mês, para o recorrido, menor impúbere, o qual é alérgico ao leite, além de ser portador de anemia associada à perda de peso e de estatura (CID: 10:K52.2), sob pena de multa diária no valor de R\$500,00 (quinhentos reais).

Em suas razões, protesta o agravante pela reforma da decisão vergastada, porquanto afirma que o julgado não se enquadra nas hipóteses do art. 557 do CPC, aduzindo que este Tribunal não tem súmula ou jurisprudência pacificada sobre o presente caso.

Dessa forma, requer a retratação da decisão aqui rebatida ou, caso não seja assim entendido, pugna para que o recurso venha a ser apreciado pela Câmara.

Em síntese, é o relatório.

Recife, 27 de 05 de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

142
M

1ª Câmara de Direito Público

Agravo no Apelo nº. 0329578-1 (0003544-16.2013.8.17.0220)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Ministério Público do Estado de Pernambuco (representando L. H. C. A.)

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

Examinando detidamente os autos, constato que os argumentos trazidos pelo agravante são insuficientes para ensejar o provimento do Agravo.

Sabe-se que é inafastável a responsabilidade do ente público no sentido de prestar a assistência médica necessária aos cidadãos, sobretudo em virtude do comando constitucional. É o que se depreende do texto constitucional contido no art. 196:

"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

E da Lei nº 8.080/90:

"Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício."

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação."

Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):

I - a execução de ações:(...)

d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;"

Observo que a prova documental trazida pelo agravado não deixa margem a qualquer dúvida quanto ao seu estado de saúde e ao direito de receber o alimento pleiteado, visto que não tem condições financeiras para arcar com o custo do tratamento.

Segundo informações, o recorrido é alérgico ao leite, apresentando perda de peso e de estatura associada à anemia. A referida patologia encontra-se em estágio avançado, podendo



143
A

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

levar o menor a óbito. Por esse motivo, a médica Christiane Marcela S. de Oliveira (CRM 13729PE), indicou a necessidade da alimentação com o suplemento alimentar a base de soja NANSOY, 20 LATAS por mês, conforme descrito no receituário médico de fl. 21, até porque cabe ao médico identificar a doença e encontrar o melhor meio para um tratamento eficaz, não importando se há outros tratamentos, pois estes podem não ter a mesma eficácia do indicado pelo médico.

Sendo a saúde direito de todos e dever do poder público, não se poderia permitir que um cidadão não recebesse o tratamento adequado por conta de alegações de cunho econômico ou burocrático, por mais que se reconheça a necessidade de observação dos regramentos formais, pois não se pode perder de vista que eles representam instrumentos e não um fim em si mesmo, havendo de ceder sempre que obstarem a promoção da dignidade humana.

Destarte, em cumprimento ao preceituado na Constituição Federal e em nome da mais inteira justiça, deve o Estado de Pernambuco fornecer o alimento requerido. Abaixo, julgado desta Corte de Justiça nesse sentido:

DIREITOS HUMANOS. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PORTADOR DE ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DA VACA. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO CONHECIDA. NECESSIDADE DO USO DA FÓRMULA NEOCATE. DEMONSTRAÇÃO DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. DEVIDA A COMINAÇÃO DE ASTREINTES CUJO INTUITO É FAZER CUMPRIR A OBRIGAÇÃO IMPOSTA. IRRAZOÁVEL O CONDICIONAMENTO DA ENTREGA DA MEDICAÇÃO À APRESENTAÇÃO DE RECEITUÁRIO MÉDICO ATUALIZADO E SUBSCRITO POR PROFISSIONAL INTEGRANTE DO SUS. CONCESSÃO DA SEGURANÇA POR UNANIMIDADE.

Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de liminar inaudita altera pars, impetrado contra o Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco, por meio do qual o Impetrante busca obter o fornecimento gratuito da fórmula NEOCATE. Afirma o Impetrante ser portador de Alergia à Proteína do Leite da Vaca, conforme descrito em laudo médico de fls. 21, e que, por esse motivo, necessita do uso da fórmula NEOCATE como seu único alimento. Relata que, em razão do alto custo do alimento, pleiteou-o junto à Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco (fls. 22-23), sendo-lhe negado tal pedido, sob a alegação de que referido mantimento não era fornecido pelo SUS, resposta essa que motivou o Autor a impetrar o presente Writ of Mandamus. (...) O Impetrante alega ser portador de Alergia à Proteína do Leite da Vaca, necessitando, para a sua subsistência, fazer uso da fórmula NEOCATE, conforme prescrição médica de fls. 21. Diante disso, requer a



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

144
M

concessão da segurança para que lhe seja fornecido sobredito suplemento alimentar, por tempo indeterminado. Não obstante afirmativa do Estado de que tal suplemento não é fornecido pelo SUS, não lhe competindo fornecê-lo de forma gratuita, tal alegação não se sustenta. Isso se deve porque cumpre ao médico a prescrição do tratamento que entenda mais propício, aí inserido o suplemento alimentar, de acordo com as particularidades do quadro clínico de cada enfermo. (...) Com efeito, se o profissional que assiste o Impetrante, diante do quadro clínico que se apresenta, achou por bem indicar o uso da fórmula NEOCATE, e não outras, não compete ao Judiciário decidir, in casu, de forma diversa, restando, pois, comprovada a necessidade da medicação pleiteada e a urgência na prestação jurisdicional. (...). Ademais, em que pese preocupação do Estado com os recursos públicos, bem como com a observância aos princípios de Direito Administrativo, não entendo razoável condicionar a entrega do suplemento alimentar pleiteado à apresentação de receituário médico atualizado e subscrita por profissional integrante dos quadros do SUS. Isso porque é cediço que a demanda é maior do que a oferta no serviço público de saúde, o que faz parecer irrazoável que o Impetrante esteja, em tempo, e a cada vez que for adquirir o material junto à SES, munido de prescrição atualizada. O acatamento de tal pedido inviabilizaria a segurança pretendida. Diante de todo exposto, o Grupo votou pela concessão da segurança, ratificando a liminar concedida, a fim de que seja fornecida ao Impetrante, de forma gratuita, a fórmula NEOCATE, conforme prescrição médica de fls. 21, que menciona o tratamento pelo prazo de 03 (três) meses

(TJPE - Mandado de Segurança 317863-4 - 0011125-63.2013.8.17.0000 – Relator: Antenor Cardoso Soares Junior - Grupo de Câmaras de Direito Público – Publicação: 17/02/2014)

DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. FORNECIMENTO DE SUPLEMENTO ALIMENTAR MSUD2. DESNUTRIÇÃO CRÔNICA. SAÚDE. ACESSO UNIVERSAL E IGUALITÁRIO. DEVER DO ESTADO. NEGATIVA DE PROVIMENTO.

Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa de lavra desta relatoria, exarada nos autos do Agravo de Instrumento nº 0310875-6, que negou seguimento ao recurso (fls. 42 e verso). O agravante, nas razões recursais, busca, em síntese, rediscutir toda a matéria trazida no recurso de agravo de instrumento. Ademais, acrescenta que a decisão recorrida não se adequa às hipóteses autorizadas de julgamento monocrático. Afirma, ainda, que, não é legítima a decisão que deferiu a aquisição de composto alimentar MSUD2, vez que não é medicamento. Assim, requer a reforma total da decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento em apenso. Não acolhendo esta Relatoria a insurgência do



145
M

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

ora recorrente, por razões adiante demonstradas, prejudicada a retratação, coloco o processo em mesa, para julgamento. No presente caso, tenho que não merece guarida a insurgência do recorrente. O autor, conforme atesta laudo de nutricionista Luciana Araújo CRN 6-5424 (fls.21/23) sofre de LEUCINOSE, que o impossibilita de ingerir aminoácidos de cadeia ramificada e necessita consumir, como complemento alimentar, para melhor qualidade de vida, o suplemento MSUD2, para assim dar continuidade ao tratamento de desnutrição crônica pelo período descrito nos laudos médicos de fls.21/23. Ressalto que os laudos médicos acostado às fls.21/23 dos autos são conclusivos ao atestar que se faz necessário, diante do diagnóstico, o tratamento acima referido. Por certo, nesta fase processual, os documentos mencionados são suficientes para conferir verossimilhança às alegações do autor. O fato de os medicamentos não estarem padronizados nos programas oficiais não exime o ente público de fornecê-los. Assim, o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação exurge claramente do risco à saúde do paciente caso não lhe sejam fornecidos os insumos postulados. De outro vértice, nota-se que o provimento antecipado seria irreversível, porquanto o material fornecido por força do deferimento da medida de urgência seria imediatamente utilizado pela parte beneficiada. Entretanto, "em casos excepcionais e devidamente justificados, pode o Judiciário deferir a medida de urgência, independentemente de sua reversibilidade" (REsp n. 107.801-1/SC, rel. Min. Herman Benjamin, j. 2-9-2010). Nesse sentido, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça (STJ): "A regra do 2º do art. 273 do CPC não impede o deferimento da antecipação da tutela quando a falta do imediato atendimento médico causará ao lesado dano também irreparável, ainda que exista o perigo da irreversibilidade do provimento antecipado" (REsp n. 417.005/SP, rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, j. 25-11-2002). Assim, dúvida não há de que, à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao Estado a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso. Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do Relator.

(TJPE - Agravo 310875-6 - 0008243-31.2013.8.17.0000 – Relator: Antenor Cardoso Soares Junior - 3ª Câmara de Direito Público - Publicação: 02/10/2013)

Em relação à alegação de possível ausência de recursos financeiros, vejo que o artigo 195 da Constituição Federal afirma que a Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, através de recursos advindos dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além das contribuições sociais constantes nos incisos I, II, III e IV. Já o artigo 198, §1º, afirma que o



146
H

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Sistema Único de Saúde, será financiado “com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.”

Como o dinheiro arrecadado vem da população, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm o dever de destinar um percentual mínimo aos programas de saúde, de acordo com o que preceitua o art. 198, §2º da Carta Magna e, logicamente, esse percentual arbitrado deve cobrir os gastos corriqueiros da máquina estatal, bem como os extraordinários.

É certo que os recursos do ente público não são inesgotáveis, bem como há outros cidadãos necessitando de medicamentos com urgência, mas o Judiciário deve sim compelir a Administração a cumprir com o seu dever, determinando-lhe que atue naquele caso concreto como deveria atuar em todos os demais, visto que nenhuma valia tem uma Administração Pública que sequer assegura as mínimas condições de dignidade aos seus cidadãos.

Pelo exposto, resta claro que não há que se falar em ingerência do Judiciário na esfera administrativa do Poder Executivo, nem de ausência de previsão orçamentária, e, muito menos, de violação dos princípios da isonomia/igualdade, da separação dos poderes e da reserva do possível.

Em relação ao pedido de exclusão ou redução das astreintes, vejo que o juiz “a quo” arbitrou a quantia de R\$ 500,00 a título de multa por dia de descumprimento. Não vislumbro excesso em tal valor, pois a multa tem o escopo de fazer cumprir a ordem judicial, bem como de evitar a mora injustificada do demandado.

A quantia aplicada está dentro dos parâmetros utilizados em casos análogos. Ademais, se o recorrente cumpre a obrigação judicial, não há porque temer o valor arbitrado, ao menos que uma redução o fizesse pensar no descumprimento da ordem, o que penso não ser o caso.

Segue decisão nessa linha:

CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO CUJO SEGUIMENTO FOI DENEGADO VIA DECISÃO TERMINATIVA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE. DEVER DO ESTADO EM FORNECER MEDICAMENTO. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. IRRESIGNAÇÃO APENAS QUANTO AO VALOR FIXADO A TÍTULO DE ASTREINTES. DESCABIMENTO. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1.(...) 3.É entendimento uníssono do Superior Tribunal de Justiça a possibilidade de fixação de multa contra Fazenda Pública quando se tratar de prestação de fazer, que pode se dá de ofício ou a requerimento da parte. É de se ver como



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

147
M

possível a fixação da multa, mesmo em face da Fazenda Pública, como forma de compeli-la a cumprir a obrigação de fazer. 4. No presente caso, o valor de R\$ 1.000,00 a título de multa, entendo que é viável, porque o que está em discussão é o direito à saúde de paciente, criança e que está sofrendo com as oscilações glicêmicas provocadas pela doença. O remédio ajudará a controlar os picos de hipo e hiperglicemia que podem provocar sérias complicações, inclusive, levando o paciente à óbito. (...) 6. À unanimidade, negou-se provimento ao Recurso de Agravo.

(TJPE - AGV 2796498 PE 0015183-46.2012.8.17.0000 - Relator: Luiz Carlos Figueiredo - 3ª Câmara de Direito Público - 13/09/2012)

Portanto, deve ser mantido o valor da multa diária arbitrada pelo juiz "a quo".

Diante do exposto, o meu voto é no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao presente recurso.

É como voto.

Recife, 27 de 04 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator